

**AgInt no RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 54.830 - SP
(2017/0184446-3)**

AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE TATUI
PROCURADORE : PAULO ROBERTO GONÇALVES - SP067030
S

MARIA JOSÉ DE ALMEIDA MELLO E OUTRO(S) -
SP111438

MARGARETH PRADO ALVES - SP126400

EDUARDO AUGUSTO BACHEGA GONÇALVES -
SP241520

AGRAVADO : TAYNA GABRIEL BERNARDO VIANA

AGRAVADO : GIANE DE SOUZA

AGRAVADO : LEONIDES DE FATIMA R FURCANI

AGRAVADO : DEIZE BUENO DE BARROS

AGRAVADO : CEZAR EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E
CONSTRUTORA LTDA

AGRAVADO : HIAGO DAROS ALVES

AGRAVADO : SIRLETE RODRIGUES

AGRAVADO : APARECIDO PASCHOAL

AGRAVADO : MARQUES RODRIGUES EMPREENDIMENTOS
IMOBILIARIOS LTDA

AGRAVADO : ANANIAS PINHEIRO

AGRAVADO : HCA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA

AGRAVADO : FABRICIO JULIANO DE MOURA CLETO

AGRAVADO : FRANCIMEIRE DE JESUS SILVA

AGRAVADO : TKR COMERCIO E SERVICOS INDUSTRIAIS EIRELI - ME

AGRAVADO : MARCOS CAVALLI

AGRAVADO : COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL
E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO - CDHU

AGRAVADO : MICHELE CRISTINA DA SILVA PORTELA

AGRAVADO : ENIO APARECIDO DOS SANTOS

AGRAVADO : L. M. R. VIEIRA - ME

AGRAVADO : ITAGI TRANSPORTES LTDA - ME

AGRAVADO : EPD BRASIL CONSTRUÇOES LTDA

AGRAVADO : ADRIANA SOARES ALVES TATUI - ME

AGRAVADO : LIFER ADMINISTRACAO DE BENS IMOVEIS PROPRIOS
LTDA. - ME

AGRAVADO : CARLOS ANTONIO RODRIGUES

ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DESPACHO

Trata-se de recurso ordinário em mandado de segurança interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim

ementado:

MANDADO DE SEGURANÇA - Ato judicial que, em sede de embargos infringentes, manteve sentença reconhecedora de ausência de interesse de agir em face do ínfimo valor da execução fiscal - Lei nº 6.830/80 - Ação que não procede diante de ausência de interesse de agir, uma vez que existe recurso próprio para tanto - Mandado de Segurança que não é sucedâneo de recurso - Súmula nº 267 do STF - Nova orientação jurisprudencial do STJ - Ordem denegada, nos termos no art. 6º, § 5º da Lei nº 12.016/09.

Considerando que a matéria acerca do cabimento de mandado de segurança contra decisão judicial que extingue execução fiscal de pequeno valor encontra-se em discussão pela Primeira Seção do STJ em Incidentes de Assunção de Competência nos autos dos RMS n. 53.720 e n. 54.712, determino que o presente feito aguarde na Coordenadoria da Segunda Turma até o julgamento definitivo dos citados IACs.

Após, certifique-se o julgamento e retornem os autos conclusos.

Publique-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO

Relator